



Ministério dos Povos Indígenas
Conselho Nacional de Política Indigenista

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA INDIGENISTA (CNPI)

**RESUMO EXECUTIVO da 5ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política
Indigenista**

Brasília, 09 e 10 de outubro de 2025.

PAUTA da 5ª Reunião Ordinária do CNPI

1º dia de Reunião:

- Leitura e Aprovação do Resumo Executivo da 4ª Reunião Ordinária do CNPI;
- Informes gerais e das Câmaras Temáticas;
Apresentação do Programa Nacional de Saneamento Indígena (PNSI) e Atualização sobre a AGSUS;
- Atualizações sobre iniciativas e programas de interesse dos Povos Indígenas;
- Apresentação da FUNAI sobre reestruturação e autodeclaração.

2º dia de Reunião:

- Anúncios e atos;
- Panorama atual da política indigenista no Congresso Nacional;
- Programa de Proteção Territorial de Terras Indígenas;
- Leitura de Resoluções;
- Debate e Votação das Resoluções.

Informes

- Apresentação de convite pelo representante do Fórum de Presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena (FPCondisi) para a participação da Câmara Temática e da Secretaria Executiva do CNPI no Fórum de Presidentes.
- Relato sobre a posse recente da Câmara Temática no Conselho da AgSUS (CDA), ocorrida em 08 de outubro de 2025.
- Solicitação de apoio das lideranças e conselheiros, apresentada por Neusa Guarani (Terra Indígena Tekoha Dje'y), para agendar reunião com o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski.
- Solicitação ao Ministério dos Povos Indígenas (MPI) para que compartilhe com os Conselheiros as informações sobre atividades programadas nos estados e territórios, visando o acompanhamento e o alinhamento.
- Recomendação aos Ministérios e demais representações presentes para que convidem os Conselheiros a participar dos eventos e atividades relacionados à pauta indígena em suas regiões.

Informes das Câmaras Temáticas (CTs)

CT I – Demarcação, direitos territoriais, proteção e gestão territorial e ambiental

- Indicação de encaminhamento para a votação da minuta elaborada pela CT I acerca do PDL nº 717/2024, referente à demarcação das Terras Indígenas Toldo Imbu e Morro dos Cavalos.

- Solicitação de esclarecimentos sobre a alteração da data das reuniões sem consulta prévia aos Conselheiros.
- Reivindicação para que o MPI estabeleça um responsável específico pela Secretaria do CNPI.
- Comunicação do encaminhamento de proposta de resolução referente à Lei nº 14.701/2023.

Encaminhamentos propostos

- Solicitação à FUNAI de apresentação com estratégias, datas e previsão orçamentária para o enfrentamento do sucateamento e fragilidades dos polos e unidades.

CT II - Autodeterminação, direito à consulta e participação social

- Dificuldade no levantamento de espaços de participação indígena devido à ausência de retorno dos órgãos contatados, levando à adaptação do eixo de controle social.

Encaminhamentos propostos

- Solicitação à Secretaria Executiva para encaminhamento da proposta da CT II sobre o Projeto de Lei (PL) do CNPI à Assessoria Especial e de Assuntos Parlamentares (ASPAR) do MPI.
- Questionamento sobre o acompanhamento da Conferência do CNPI pela CT II e o encaminhamento da resolução proposta pela CT II.
- Sugestão para que a Secretaria Executiva do CNPI crie um processo/pasta SEI (Sistema Eletrônico de Informações) para cada CT, visando a digitalização e organização da documentação e atividades das Câmaras.
- Iuri Jenipapo continuará como representante do MPI na CT II.

CT III – Seguridade Social, saúde indígena, assistência e previdência social

- Não foram apresentados informes.

CT IV - Educação escolar indígena intercultural em todos os níveis e modalidades

- Relato sobre a suspensão de obras de escolas e unidades de saúde na Bahia por falta de declarações e autorizações da FUNAI. Foi solicitada à FUNAI a apresentação do *status* dessas autorizações, sendo pontuado que a validade expirada das declarações, o que exige atualização.
- Recapitulação sobre a proposta de criação do Subsistema Nacional de Educação Escolar Indígena, que visa contribuir para a autonomia da política dos territórios etnoeducacionais.
- Informe sobre a abertura do sistema para adesão dos Secretários de Educação ao SIMEC e o cadastro de mais de 80% dos coordenadores subnacionais para gerenciamento e monitoramento das bolsas concedidas a 1.300 indígenas articuladores nos territórios, com previsão de pagamento no mês vigente.

- Destaque para as metas de adesão das escolas indígenas à PPDS e PPDE foram alcançadas (100%), mas o desafio persiste em escolas sem unidades executoras, o que impede a recepção de recursos do PPDE.

Encaminhamentos propostos

- Incidência pela criação da Secretaria Nacional de Educação Escolar Indígena no MEC.
- Regulamentação e implementação das Políticas Estaduais e Municipais de Educação Escolar Indígena, incluindo: criação do plano de cargos e carreira dos professores indígenas; categorias das escolas indígenas; concurso específico diferenciado; e criação de conselhos estaduais da educação escolar indígena.
- Solicitação de informações sobre a proposta de criação do Centro de Formação Indígena, sugerindo alternativamente o fomento e fortalecimento dos centros já existentes e territorializados, e que a proposta seja submetida à avaliação e aprovação de comissões, conselhos e organizações indígenas (APIB, ANMIGA, CNEEI, FNEEI, CNPI).
- Apresentação de informações atualizadas sobre a Universidade Indígena e a instituição do GT no MEC, cuja minuta do PL já foi encaminhada ao Gabinete do Ministro, com previsão de lançamento durante a COP30.
- Proposta de nota de repúdio contra a fala do Deputado Federal Evair de Melo (PP/ES).

CT V - Proteção e enfrentamento às violências de gênero contra mulheres e meninas indígenas e indígenas LGBTQIAPN+

- Apresentação do relatório de atividades da CT V, referentes ao período de maio a setembro de 2025, conforme o Plano de Trabalho, composto por 11 (onze) metas e entregas.
- Lídia Lacerda, representante da Funai, ficou responsável pela articulação junto ao Ministério das Mulheres para a construção de um mapa com equipamentos e rede especializada no atendimento e acolhimento de mulheres vítimas de violência em todo o país.
- Plano de Trabalho aprovado pelo Plenário.

CT VI – Direitos humanos, culturais, sociais e econômicos

- Rediscussão do Plano de Trabalho da CT VI, levando em conta os desafios de execução.
- Aprovada a proposta de retomada do nome da CT para "Direitos humanos, culturais, sociais e econômicos".
- Sugestão para que o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) participe da Câmara Temática.
- Solicitação de elaboração de encaminhamento para verificar a ausência de acesso dos povos indígenas do Nordeste ao teto da agricultura familiar (estabelecido pelo Governo Federal), devido a dificuldades na aceitação dos documentos apresentados pelas comunidades.

APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE SANEAMENTO INDÍGENA E ATUALIZAÇÃO AGSUS – PNSI

- **SESAI:** representada pelo Secretário Weibe Tapeba, que destacou o enfoque na prevenção de doenças e na promoção da saúde como diretrizes para a revisão do PNSI. Apresentou a contextualização do programa, mencionando dados censitários (IBGE/2024), o histórico normativo (Leis 11.445/2007 e 14.026/2020, PLAN SAB e PNSR) e o processo de construção, que incluiu metodologia em níveis de colaboração, consultas a lideranças e oficinas regionais. O objetivo é criar um conceito de saneamento indígena que abarque as particularidades dos territórios, baseado em Diagnóstico Sanitário dos 34 DSEIs (abrangendo abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e manejo de águas pluviais). Os eixos norteadores do PNSI são: Infraestrutura e Tecnologias; Gestão; Educação Indígena para o Saneamento; Cooperações, Parcerias e Articulações; e Participação e Controle Social. Foi informado que houve parcerias para orçamento (R\$ 30 milhões do MDS/BNDES para cisternas) e que o programa tem metas progressivas de universalização, exigindo um investimento total de R\$ 10,85 bilhões. A gestão será coordenada pela SESA I, com Comitê Gestor e Fórum Consultivo, e a proposta teve consulta pública realizada entre 25/09/2025 e 09/10/2025, com previsão de publicação e apresentação durante a COP30.

ATUALIZAÇÕES SOBRE INICIATIVAS E PROGRAMAS DE INTERESSE DOS POVOS INDÍGENAS

- **Câmara Setorial de Produção Agropecuária Indígena Sustentável:** Leandro Lima, Coordenador-Geral de Câmaras Setoriais e Temáticas do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), apresentou a iniciativa, explicando o conceito e o marco legal. Informou que o MAPA possui 39 câmaras em atividade (31 setoriais e 8 temáticas), e que a nova Câmara Setorial visa a responder de forma estruturada às demandas dos povos indígenas. Sua estrutura e composição seguem as demais câmaras, contando com 16 entidades, incluindo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), o INCRA, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e o Ministério dos Povos Indígenas (MPI). Destacou que os principais temas e eixos temáticos propostos incluem autonomia econômica e segurança alimentar.
- **Edital Rádios Comunitárias Indígenas e Programa Computadores para Inclusão:** Alexandre Freire, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal do Ministério das Comunicações (MCom), apresentou o Serviço de Radiodifusão Comunitária (Radcom), definindo-o como radiodifusão sonora na faixa FM destinada a atender a uma comunidade local. Destacou que, das 11.437 estações de rádio existentes, 5.295 são comunitárias, alcançando cerca de 4.195 municípios. Informou sobre a vigência do Plano Nacional de Outorga (PNO) de Radiodifusão Comunitária 2023/2024, que prevê 1.418 novas outorgas em localidades, sendo que dois dos três editais previstos já foram lançados. Ludymilla Chagas, Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade do Ministério das Comunicações (MCom), complementou a apresentação, destacando o Programa Computadores para Inclusão, instituído para doação de computadores, e informou

o compromisso de formalizar doações regulares aos povos indígenas, seguindo métricas definidas em conjunto com a Assessoria Especial de Participação Social e Diversidade do MPI.

- **Registros administrativos: nascimento e óbito:** Pagu Rodrigues, Diretora de Direitos Humanos e Políticas Sociais da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) mencionou a existência de uma minuta de portaria interna em elaboração para tratar do Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI). Informou que a proposta será submetida à Câmara Técnica e, posteriormente, apresentada ao Pleno. Explicou que não há resolução vigente que autorize a emissão de declarações de etnicidade pela FUNAI, e que essa pauta será tratada de maneira mais aprofundada na próxima reunião.
- **Universidade Indígena:** Rosilene Tuxá, Diretora de Políticas de Educação Escolar do Ministério da Educação, apresentou os avanços para a instituição da Universidade Indígena, que resultou na finalização e validação pelo Grupo de Trabalho (GT) do Projeto de Lei (PL) de criação. A minuta do PL está na Consultoria Jurídica do MEC (Conjur), último passo antes de iniciar o trâmite legislativo. Os principais aspectos da instituição incluem: Desenho no modelo multicampi, com sede em Brasília, prevendo expansão universitária e necessidade orçamentária gradativa. Três áreas principais foram pensadas para o início das atividades: Formação de professores, Saúde Coletiva e Gestão Territorial e Ambiental, com previsão de 10 cursos inicialmente, incluindo Medicina, Enfermagem e Direito. A criação de cargos prevista é de 366 para professores, 233 para analistas em educação, 155 para técnicos em educação e 48 funções comissionadas. O ingresso no cargo de pessoal efetivo será por concurso público, com prioridade para candidatos indígenas no quadro de profissionais. A minuta do PL considerou todas as discussões realizadas nos seminários.
- **Plano Nacional de Cultura Indígena:** Tupã Mirim Ju Yan, representante do Ministério da Cultura, expressou a importância e a legitimidade da participação dos povos indígenas no âmbito da cultura e apresentou um documento de apoio à institucionalização do Plano Nacional de Cultura Indígena. Relatou a articulação para a construção de uma portaria que inclua as organizações indígenas, com destaque para a participação de organizações regionais como membros permanentes, na construção da Política Nacional. Mencionou a contratação de consultores, um indígena e outro não indígena, para a elaboração do Plano, e indicou a importância da participação da APIB no Grupo de Trabalho (GT) a ser instituído para a construção dessa política.
- **Prêmio de Fotografia MRE Gavião:** Talita Perna, Chefe de Assessoria Especial do Ministério dos Povos Indígenas, apresentou o Prêmio de Fotografia MRE Gavião, criado em homenagem ao comunicador indígena de mesmo nome. Informou que a avaliação das fotos enviadas está em fase final, sendo conduzida por uma comissão julgadora instituída por portaria do MPI, que inclui Wuriu Manchineri (Conselheiro), João Victor Gomes de Oliveira (suplente) e representantes da SEART/MPI, ASCOM/MPI, FUNAI e Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Foram recebidas 193 imagens em 9 categorias diferentes, enviadas por representantes indígenas de 38 etnias de todas as regiões do Brasil. O resultado preliminar do prêmio estava previsto para ser divulgado em 28 de outubro, com possibilidade de recurso.

- **Brasil: Turismo Responsável:** Rodrigo Canez, representante do Ministério do Turismo (MTur), apresentou a iniciativa “Brasil: Turismo Responsável”, destacando o envio do Caderno de Resposta à pauta de reivindicações da APIB, com ênfase na demanda por acesso a crédito. Foram mencionadas ações em andamento, como a Casa Maraká, o Plano de Comunicação da Mídia Indígena para a COP30, o Prêmio Nacional do Turismo 2025, o projeto “PRT em ação 2025 – Paraíba” e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Produtos e Experiências Políticas. Ana Carolina, representante do Ministério do Turismo (MTur), apresentou os resultados do mapeamento de iniciativas indígenas em turismo realizado entre julho e dezembro de 2024, que contou com 193 formulários (146 válidos) e identificou 93 povos indígenas, com destaque para MT, AM e BA. O relatório final está em diagramação e será lançado na COP30, onde MTur e MPI terão estande conjunto. Também será disponibilizado novo formulário para atualização contínua do mapeamento, com apoio do CNPI, MPI, FUNAI e demais parceiros.
- **Minha Casa, Minha Vida Rural:** Mirna Chaves, Diretora do Departamento de Habitação Rural do Ministério das Cidades, apresentou a linha Minha Casa, Minha Vida Rural, que prioriza povos indígenas em todas as modalidades do Programa, composto por provisões habitacionais subsidiadas e financiadas. Informou que o Comitê de Acompanhamento conta com participação do MPI, FUNAI e entidades da agricultura familiar, incluindo representantes da APIB. O público-alvo abrange agricultores familiares, trabalhadores rurais e famílias residentes em áreas rurais, com meta atual de 30 mil unidades habitacionais. A subvenção contempla cisternas, melhorias habitacionais e valorização da cultura local. Entre os desafios, destacam-se a habilitação de entidades representativas, a divulgação acessível das informações, o suporte a processos informatizados e a elaboração de projetos adequados às especificidades regionais e culturais.

APRESENTAÇÃO DA FUNAI SOBRE REESTRUTURAÇÃO E AUTODECLARAÇÃO

- **FUNAI:** representada por Mislene Metchacuna, reiterou o compromisso presidencial com seu fortalecimento institucional, destacando o cumprimento das metas de recursos humanos, com 502 vagas ofertadas no CPNU — 30% destinadas a indígenas —, das quais 338 já foram providas e 164 liberadas por desistência, além da autorização do MGI para convocação de mais 175 aprovados. Entre os avanços normativos, mencionou-se a aprovação do plano de carreira indigenista, a regulação do poder de polícia, a criação do GT sobre UTLs e a revisão do Regimento Interno. Quanto à reestruturação administrativa (Portaria nº 886/2024), informou-se que a proposta inicial de aumento de 84% na estrutura foi ajustada para 30%, consolidada pelo Decreto nº 12.581/2025. A nova organização cria a Diretoria de Demarcação de Terras Indígenas, renomeia o Museu Nacional do Índio para Museu Nacional dos Povos Indígenas e desdobra a Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável em duas: Gestão Ambiental e Direitos Humanos e Políticas Sociais. Também foi apresentada a estratégia das sete Coordenações Regionais de Suporte (Belém, Cuiabá, Manaus, Recife, Rio Branco, São José e São Luís), responsáveis pelas funções administrativas, orçamentárias e financeiras, permitindo maior foco das Coordenações Regionais nas ações finalísticas. No âmbito orçamentário, registrou-se o incremento via crédito extraordinário e a solicitação de R\$ 1,112 bilhão para o PLOA 2026. Entre os principais desafios, destacaram-se o reforço de pessoal e orçamento, a integração entre diretorias e coordenações, a qualificação das equipes,

a estruturação física e a segurança dos servidores. Um resumo detalhado da reestruturação será encaminhado aos Conselheiros.

ANÚNCIOS E ATOS

- Anúncio da celebração de cooperação técnica entre a Secretaria de Saúde Indígena e o Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome, em contexto de instalação de sistemas de cisternas indígenas no semiárido brasileiro.
- Anúncio da cooperação entre o Ministério das Comunicações e o Ministério dos Povos Indígenas, no âmbito do Plano Nacional de Inclusão, com o objetivo incluir os povos e comunidades indígenas na política pública.
- Assinatura do acordo de cooperação para tradução da Convenção nº 169 da OIT em línguas indígenas, firmado entre a Secretaria-Geral da Presidência, o Ministério dos Povos Indígenas, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Advocacia-Geral da União, o Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho e o Ministério Público Federal.

PANORAMA ATUAL DA POLÍTICA INDIGENISTA NO CONGRESSO NACIONAL

- **APIB:** Ingrid Martins, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), apresentou o mapeamento da agenda indígena no Congresso, que atualmente é marcada pelo "pacote da destruição" (PECs sobre Marco Temporal, demarcação e indenização, além do PDL nº 717/2024, que susta demarcações) e por PLs de mineração/garimpo, pautas em que a APIB defende os direitos constitucionais como cláusulas pétreas e questiona a falta de consulta prévia. Em contraponto, foi destacado o "pacote da demarcação" (liderado por mulheres indígenas), que inclui o PL da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), a regulamentação dos Agentes Indígenas de Saúde e Saneamento (para equiparação com o SUS) e propostas ambientais (PL do Ecocídio e PEC dos Direitos da Natureza), ressaltando a necessidade de ratificação do Acordo de Escazú.
- **MPI:** Carla Guareschi, representante do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), informou que o Ministério prioriza a articulação para defender PLs (como o da PNGATI), expressou preocupação com o PDL nº 717/2024 e mencionou a arrecadação de R\$ 25 milhões em emendas parlamentares em 2025 para MPI e FUNAI.

PROGRAMA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL DE TERRAS INDÍGENAS

- **APIB:** Dinaman Tuxá, vice-Presidente do CNPI e representante da APIB, anunciou o PPTI, um projeto desenvolvido pela Assessoria Internacional da APIB em parceria com a GIZ e o MPI. Karina Mello, representante da APIB, contextualizou a iniciativa, inspirada no PPTAL

(Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil) da ECO92, que criou protocolos técnicos pioneiros e resultou na demarcação de cerca de 90 TIs. O novo PPTI baseia-se neste acúmulo e é construído no contexto da COP30, com previsão de anúncio no evento. O processo de construção, iniciado em março de 2025, incluiu três oficinas que definiram os eixos centrais: i) Demarcação das terras indígenas; ii) Proteção e gestão territorial (implementação da PNGATI); e iii) Fortalecimento das organizações políticas e mecanismos financeiros indígenas. As premissas do programa são: abrangência nacional, governança tripartite e elevado grau de participação indígena. O PPTI visa canalizar recursos para garantir avanços concretos em direitos territoriais. Os próximos passos incluem o Seminário sobre o PPTI durante a Pré-COP Indígena, o anúncio conjunto na COP30 (2025) e, em 2026, a consolidação da articulação institucional, a definição de metas e o lançamento oficial. Dinaman Tuxá reforçou o convite aos Ministérios presentes para que se juntem à iniciativa e ajudem a identificar e superar os gargalos estruturais que impedem a demarcação de terras indígenas.

Encaminhamentos e Acordos

Secretaria Executiva do CNPI

1. Estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para a Secretaria Executiva adotar as medidas necessárias para publicação das resoluções aprovadas pelo Pleno do CNPI.
2. Envio dos encaminhamentos propostos pelas Câmaras Temáticas à Secretaria Executiva para adoção das providências necessárias.
3. Estabelecido o prazo de 5 (cinco) dias para que a Secretaria Executiva apresente retorno às solicitações encaminhadas pelas Câmaras Temáticas.

Câmaras Temáticas

1. A Câmara Temática I solicitou à FUNAI apresentação das estratégias, datas e previsão orçamentária, para enfrentamento à situação de sucateamento e fragilidades dos polos e unidades.
2. As propostas da Câmara Temática II sobre o PL do CNPI serão encaminhadas à ASPAR/MPI, para validação e posterior apresentação ao Pleno do CNPI.
3. O Plano de Trabalho da Câmara Temática V foi aprovado.
4. O nome da Câmara Temática VI foi alterado para incluir o termo “sociais”, passando a constar como “Direitos humanos, culturais, sociais e econômicos”.

Encaminhamento nº 1 | Deliberações sobre a Câmara Setorial de Produção Agropecuária Indígena Sustentável do Ministério da Agricultura e Pecuária

1. As eventuais dúvidas sobre a Câmara Setorial de Produção Agropecuária Indígena Sustentável do Ministério da Agricultura e Pecuária deverão ser enviadas à Câmara Temática VI, para deliberações e posterior retorno ao Pleno.

Encaminhamento nº 2 | Deliberações sobre o Plano Nacional de Cultura Indígena

1. O debate sobre a construção do Plano Nacional de Cultura Indígena foi atribuído à Câmara Temática VI, com a possibilidade de convite a membros externos para acompanhamento das discussões e participação na elaboração do Plano de Trabalho de construção da política.

Encaminhamento nº 3 | Reunião da Bancada Indígena junto à FUNAI e ao MPI para discussão da autodeclaração

1. Agendamento de reunião da Bancada Indígena junto à FUNAI e ao MPI para discussão do tema de autodeclaração com profundidade.

Encaminhamento nº 4 | Proposta de programa semelhante ao Minha Casa, Minha Vida específico para os povos indígenas

1. A proposta para a construção de um programa específico, semelhante ao Minha Casa, Minha Vida, destinado aos povos indígenas, foi atribuída à Câmara Temática VI, a ser desenvolvida em conjunto com a SEART/MPI, e apresentada na próxima reunião do CNPI.

Encaminhamento nº 5 | Assinatura do acordo de cooperação para tradução da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho em línguas indígenas

1. Assinatura do acordo de cooperação para tradução da Convenção nº 169 da OIT em línguas indígenas, firmado entre a Secretaria-Geral da Presidência, o Ministério dos Povos Indígenas, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Advocacia-Geral da União, o Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho e o Ministério Público Federal.

Encaminhamento nº 6 | Apresentação das propostas de resolução com antecedência

1. As propostas de resolução deverão ser encaminhadas com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data da reunião ordinária do CNPI, para possibilitar sua avaliação pela Bancada Indígena e pela Bancada de Governo.
2. As resoluções propostas na 5ª Reunião Ordinária do CNPI serão votadas na reunião extraordinária agendada para 23 de outubro de 2025.

Resoluções e Recomendação

1. Aprovada pelo Plenário a RESOLUÇÃO CNPI Nº 03, DE 10 DE OUTUBRO DE 2025, que recomenda ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, ao Ministério dos Povos Indígenas, à FUNAI e o Governo do Estado de Alagoas, a adoção das medidas administrativas necessárias para avançar na homologação da Terra Indígena Xukuru-Kariri (AL), a proteção às lideranças indígenas ameaçadas, a garantia de segurança aos servidores da FUNAI.

Sugestões

1. Envio de informações pelo Ministério dos Povos Indígenas acerca das atividades programadas nos estados e territórios, para acompanhamento, alinhamento, participação e contribuição por parte dos Conselheiros.
2. Envio de solicitação ao Ministério da Justiça e Segurança Pública para tratar da demarcação da Tekoha Dje'y e outros.
3. Elaboração de resolução sobre o tema da autodeclaração para conhecimento das lideranças.
4. Envio de comunicação à rede dos cartórios do país para reforçar o conteúdo da Resolução Conjunta nº 12/2024, do CNJ e do CNMP, que dispõe sobre o registro civil de pessoas indígenas.
5. Envio de manifestação à Receita Federal sobre a necessidade de aceitação da grafia de nomes indígenas nos sistemas de cadastro.
6. Realização de reunião extraordinária com antecedência para elaborar a programação da reunião ordinária seguinte, de modo a possibilitar a divulgação prévia da programação acordada.

Proposta de próxima pauta do CNPI

1. Aprovação das Resoluções pendentes de deliberação e dos encaminhamentos da 5ª Reunião Ordinária do CNPI.

Data da próxima reunião: 23 de outubro de 2025, online, às 09h.